A atualidade da interpretação de Celso Furtado acerca do subdesenvolvimento no Nordeste brasileiro

Anderson César G. T. Pellegrino*

Resumo

A proposta deste artigo é mostrar que a obra de Celso Furtado nos oferece importantes subsídios para uma interpretação crítica da atual problemática do desenvolvimento regional no Brasil, em especial para o tratamento da histórica problemática do subdesenvolvimento da região Nordeste. Na contramão de visões generalizantes dos problemas econômicos, *sua perspectiva analítica revela o papel das heterogeneidades estruturais (regional, social, produtiva) na manutenção do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano*. Para o tratamento da temática escolhida, o trabalho será dividido em duas partes. Na primeira parte, apresentaremos o exercício de teorização do subdesenvolvimento proposto por Furtado. Já na segunda parte, mostraremos sua aplicação à análise da problemática regional no Brasil - em especial ao histórico caso da região Nordeste -, *enfatizando a atualidade de suas propostas*. Entendemos que o resgate das idéias de Furtado nos permite almejar novos encaminhamentos para a superação dos atuais obstáculos ao desenvolvimento nacional e regional no Brasil.

Abstract

The purpose of this article is to show that Celso Furtado´s Work offers an important assistance for a critical interpretation of current regional development problems in Brazil, in special to deal with the historical problematic of Northeast region underdevelopment. In an opposite direction to generalizing views of economic problems, Furtado´s analytic perspective reveals the role of structural heterogeneities (regional, social, productive) in Brazilian and Latin American underdevelopment maintenance. In order to cover chosen subject, this paper is being divided in two parts. In the first one, the underdevelopment theorization exercise proposed by Furtado will be presented. In the second part, its application to the regional problematic analysis in

* Economista e Mestre em História Econômica pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutorando em Economia Aplicada (aluno especial) pelo Instituto de Economia

Brazil - in special the historical Northeast region case- will be shown, with emphasis in the application of Furtado´s proposals in these modern times. We understand Furtado´s ideas recovery will allow us to foresee new ways to overcome current national and regional development obstacles in Brazil.

Introdução

A proposta deste artigo é mostrar que a obra de Celso Furtado nos oferece importantes elementos para uma interpretação crítica da atual problemática do desenvolvimento regional no Brasil, em especial para o tratamento da histórica problemática do subdesenvolvimento da região Nordeste. A perspectiva analítica de Furtado revela o papel das heterogeneidades estruturais (regional, social, produtiva) na manutenção do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano. Nesse sentido, seu esforço intelectual consiste numa tentativa de desatar os laços de dependência - cultural, tecnológica e financeira - que amarram as relações internas e externas responsáveis pelo subdesenvolvimento brasileiro. No momento em que a transnacionalização do capitalismo apresenta risco à continuidade do processo de construção do Brasil como nação - denunciando a gravidade da crise de seu pacto federativo -, o resgate da reflexão de Furtado nos permite almejar novos encaminhamentos para a superação dos atuais obstáculos ao desenvolvimento nacional e regional no país.

Para o tratamento da temática escolhida, o trabalho será dividido em duas partes. Na primeira parte, apresentaremos brevemente o exercício de teorização do subdesenvolvimento proposto por Furtado. A idéia é revelar, na visão do autor, quais os principais alicerces da persistência do subdesenvolvimento no Brasil, mesmo após o intenso processo de industrialização e crescimento econômico conhecido pelo país ao longo do século XX. Já na segunda parte do artigo, mostraremos a aplicação da teorização do subdesenvolvimento de Furtado à problemática regional nordestina, enfatizando a problemática da ***dependência cultural*** como foco da manutenção da pobreza na região. Por fim, como considerações finais, sintetizaremos as principais reflexões de Furtado sobre o subdesenvolvimento nordestino e brasileiro, *enfatizando a atualidade de suas propostas*.

---

da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da ESAMC (Campinas/SP) e da

1. O exercício de teorização do subdesenvolvimento em Celso Furtado

Furtado incorpora, em seu exercício de teorização do subdesenvolvimento, o legado da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) acerca da existência de um sistema centro-periferia na órbita do capitalismo mundial, cuja base é a difusão desigual do progresso técnico[1]. Esse sistema se configura como pano de fundo para a construção de suas reflexões sobre o subdesenvolvimento. No entanto, Furtado assume que não se trata apenas de verificar *quanto* há de incorporação de progresso técnico na periferia, mas também de observar *como* ocorre essa incorporação, e as resultantes desse processo. Em sua visão, o sistema centro-periferia não é condição suficiente para a reprodução do subdesenvolvimento. A maneira particular como ocorre, ao longo do tempo, a incorporação do progresso tecnológico na periferia é o foco da problemática. Segundo Sampaio Jr. (1997: 197-198):

> Na interpretação de Celso Furtado, o subdesenvolvimento é produto de um sistema econômico mundial que integra, em um mesmo padrão de transformação, formações sociais que têm capacidades assimétricas de introduzir e difundir progresso técnico. A discrepância entre as economias centrais e as economias periféricas quanto à capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e quanto à capacidade de socializar o excedente social entre salário e lucro faz com que o estilo de vida que prevalece nas economias centrais não possa ser generalizado para o conjunto da população das economias periféricas. O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a

---

UNIMEP (Piracicaba/SP). **E-mail**: anderson.pellegrino@esamc.br; ou acpelleg@unimep.br.

[1] O principal legado da teorização do subdesenvolvimento proposta pela Comissão Econômica para América Latina (Cepal), sob direção de Raúl Prebisch, está na identificação da existência do sistema 'centro-periferia' no quadro do capitalismo mundial. Por meio da análise desse sistema, a Cepal procurou demonstrar que a difusão internacional do progresso técnico e de seus benefícios teria ocorrido de modo diferenciado entre os países do 'centro' (de industrialização avançada) e da 'periferia' (primário-exportadores), deixando-os crescentemente distanciados em termos de desenvolvimento econômico e social. Nessa visão, o centro estaria se apossando dos frutos do progresso técnico em medida superior à lograda nas nações periféricas, falseando a teoria clássica baseada nas *vantagens comparativas* da 'divisão internacional do trabalho' em vigor no período. Nessa 'divisão do trabalho', a periferia seria responsável pelo fornecimento de bens primários às nações desenvolvidas e industrializadas que, por sua vez, retribuíam através da provisão de bens industrializados. Constituía-se, com isso, um quadro vicioso de "desvantagens reiterativas", conforme esclarece Oliveira (1983: 8), sustentado pela crescente deterioração dos termos de troca entre os preços dos produtos primários e os dos bens industrializados produzidos nos grandes centros. Mediante esse cenário, a Cepal pregava a adoção de políticas governamentais deliberadamente industrialistas, via única, para os cepalinos, à superação da *condição* periférica. A respeito ver Gurrieri (1982); Oliveira (1983); Pellegrino (2000); Prebisch (1949; 1950; e 1983); e Rodriguez (1981).

> apropriação do excedente impõem, como prioridade absoluta do processo de acumulação, a cópia do estilo de vida dos países centrais, impedindo assim a integração de parcela considerável da população no padrão de vida material e cultural propiciado pelo capitalismo.

O subdesenvolvimento, para Furtado, só persiste nas sociedades periféricas quando há, segundo Sampaio Jr. (1997: 204), um divórcio entre as "decisões intertemporais de gasto" e as "necessidades do conjunto da população". Nesse caso, a incorporação do progresso técnico ocorre de maneira desarticulada das forças produtivas e das reais necessidades do conjunto da população na periferia. A reflexão de Furtado evidencia que a cópia, pelas elites periféricas, do estilo de vida presente nos países centrais impõe um padrão de racionalidade adaptativa à condução do processo de industrialização. Em outras palavras: a subordinação da industrialização periférica a essa lógica adaptativa está vinculada a um padrão de utilização do excedente produtivo que não conduz à ruptura com o subdesenvolvimento. Assim, em última instância, os problemas do subdesenvolvimento derivam, para Furtado, da persistência do **colonialismo cultural**. No artigo *O subdesenvolvimento revisitado*, Furtado (1992: 8) é claro:

> O subdesenvolvimento é um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida atraso na adoção de métodos produtivos mais eficazes. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apoiam no mesmo vetor que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causada pela modernização.

A *forma* como é incorporado o progresso técnico na periferia é determinante da evolução sócio-econômica dos países em questão. Furtado (1974: 81) chama de ***modernização*** "esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos". A amplitude dessa modernização é determinante do quanto há de pressão a fim de ampliar o excedente da produção, "o que pode ser alcançado mediante a expansão das exportações, ou por meio da 'taxa de exploração', vale dizer, da

proporção do excedente no produto líquido" (Furtado, 1974: 81). A tentativa de acompanhamento dos padrões de consumo do centro, que tem ritmo de acumulação e de avanço nos níveis técnicos próprios, ocasiona a busca permanente da maximização do excedente internalizado pelas elites periféricas. Nessa circunstância, as pressões no balanço de pagamentos são facilmente compreendidas quando o país enfrenta uma deterioração dos termos de troca ou atinge o ponto de rendimentos decrescentes na atividade exportadora.

A *modernização* ganha feição mais clara na constituição das economias subdesenvolvidas quando as respectivas nações iniciam o processo de industrialização, no qual "se empenham em produzir para o mercado interno aquilo que vinham importando" (Furtado, 1974: 81). No primeiro momento, há a produção de bens mais simples destinados ao consumo popular. Furtado considera que ainda não existe um núcleo que se possa chamar de sistema industrial. É na fase seguinte que o problema se manifesta: inicia-se a produção interna de um conjunto de bens que são "consumidos pelos grupos sociais modernizados" (Furtado, 1974: 81), o que implica na incorporação de uma tecnologia (própria do centro) que não possui relação com o "nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação do consumo) do setor modernizado da sociedade" (Furtado, 1974: 82). É dessa falta de conexão entre a orientação do progresso técnico e o grau de acumulação previamente atingido que "resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização" (Furtado, 1974: 82).

Nessa fase - de industrialização por substituição de importações - a imposição de métodos produtivos com alta densidade de capital orientados pela tecnologia dos países centrais faz com que os salários reais permaneçam próximos ao nível de subsistência na periferia, propiciando que o aumento da taxa de exploração ocorra em simultaneidade à elevação da produtividade do trabalho. A inadequação tecnológica na periferia está associada à opção por um padrão de consumo moldado no estilo de vida presente nas economias centrais. Já a existência de ampla oferta de mão-de-obra pouco qualificada caracteriza a periferia, reforçando ainda mais a problemática dos baixos salários. Com isso, a separação entre desenvolvimento das forças produtivas e socialização dos frutos do progresso técnico "resulta da presença de um processo de acumulação de capital que, por valer-se de 'tecnologia inadequada', não gera escassez relativa de trabalho e, por

isso, não é capaz de absorver o excedente de mão-de-obra marginalizado no mercado de trabalho" (Sampaio Jr, 1997: 205). Em outras palavras: o comportamento das elites periféricas, condicionado pelos hábitos de consumo do centro, constitui uma situação de *dependência cultural*, que tende a agravar as desigualdades sociais no avançar da industrialização periférica. Segundo Furtado (1974: 82):

> Nas economias subdesenvolvidas, o fator básico que governa a distribuição de renda e, portanto, os preços relativos a taxa de salário real no setor em que se realiza a acumulação e penetra a técnica moderna, parece ser a pressão gerada pelo processo de modernização, isto é, pelo esforço que realizam os grupos que se apropriam do excedente para reproduzir as formas de consumo, em permanente mutação, dos países cêntricos. Essa pressão dá origem à rápida diversificação do consumo e determina a orientação da tecnologia adotada.

Tendo em vista que a definição de uma cesta de consumo determina os métodos produtivos adotados e a intensidade relativa do capital e do trabalho utilizados no sistema produtivo, a produção de bens de consumo popular implica no aumento da utilização de recursos relativamente mais abundantes (terra e mão-de-obra). O contrário ocorre com a produção de bens sofisticados, consumidos pelos grupos ricos: há o aumento da utilização de recursos mais escassos para o país periférico como mão-de-obra especializada, divisas estrangeiras e tecnologias e equipamentos mais sofisticados. Assim, expandir "o consumo dos ricos – e isto também é verdade para os países cêntricos – de maneira geral significa introduzir novos produtos na cesta de bens de consumo, o que requer dedicar relativamente mais recursos a 'pesquisa e desenvolvimento', ao passo que aumentar o consumo das massas significa difundir o uso de produtos já conhecidos, cuja produção muito provavelmente está na fase de rendimentos crescentes" (Furtado, 1974: 83). Para Furtado, o nível da renda per capita de um país deve determinar a diversificação de sua cesta de consumo, acessível ao cidadão médio desse país, bem como justificar a "elevada quantidade de capital por trabalhador no mesmo" (Furtado, 1974: 83). No caso dos países em que houve a absorção dos padrões de consumo do centro, a opção pela utilização dos recursos disponíveis não reflete a necessidade do conjunto da população, que acaba marginalizado do ponto de vista do acesso aos benefícios do progresso tecnológico que se apresenta na forma de possibilidade de aquisição de bens de consumo sofisticados.

Logo, a diversificação da cesta de consumo na periferia não é reflexo direto da evolução da capacidade de consumo de seu cidadão médio.

No cerne da teorização do subdesenvolvimento proposta por Furtado está a diferenciação entre o processo de *desenvolvimento econômico* presente em economias autônomas (centrais) e a possibilidade de *crescimento econômico* e *modernização* (desenvolvimento dependente) presente em economias periféricas. Em *Um projeto para o Brasil*, Furtado (1968) define, em termos estritamente econômicos, o desenvolvimento de uma economia autônoma na qual a ordem dos fatores de impulsão do processo (de desenvolvimento) seria a seguinte: (1) progresso tecnológico; (2) acumulação de capital; e (3) modificações estruturais decorrentes de alteração no perfil da demanda. No lado oposto, há, para o autor, o processo de desenvolvimento e modernização de uma economia dependente: (1) modificações na composição da demanda; (2) acumulação de capital; e (3) progresso tecnológico. Esses extremos são representados, de um lado, pelos pólos dominantes da economia mundial e, de outro, pelas economias periféricas especializadas na exportação de produtos primários.

Portanto, uma economia dependente é caracterizada pelo fato de que nela o progresso tecnológico surge em razão de modificações estruturais na demanda por bens industrializados, "enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, fonte do desenvolvimento" (Furtado, 1968: 23). O elemento dinâmico da economia dependente não é a propagação do progresso tecnológico, "e sim o deslocamento da curva da demanda" (Furtado, 1968: 23). Assim, a possibilidade de desenvolvimento, no âmbito de uma economia dependente surge por uma alteração na estrutura produtiva que, em sua origem, responde a modificações nos hábitos locais de consumo. Como exemplo de desenvolvimento dependente, pode-se tomar o processo de industrialização no Brasil, cujo fator dinâmico também se originou em modificações no perfil da demanda. Nesse quadro, a incorporação do progresso técnico foi condicionada pelos preexistentes anseios de consumo da pequena camada modernizada da sociedade brasileira (elite local). Logo, não foi o desenvolvimento das forças produtivas que impulsionou as modificações nos padrões de consumo, mas o contrário: a modernização dos padrões de consumo que orientou o desenvolvimento das forças produtivas, pela via da industrialização.

O contraste no desenvolvimento das nações na órbita do capitalismo demonstra que onde houve o processo clássico de industrialização[2] (países centrais), o perfil da demanda se desenvolveu em simultaneidade aos avanços tecnológicos e à expansão da riqueza. Nesse caso, a estrutura produtiva foi capaz de acomodar ou antecipar as transformações que ocorreram no perfil de consumo da sociedade, permitindo ainda que os diversos setores produtivos crescessem sem que nenhuma descontinuidade significativa marcasse a estrutura produtiva. É justamente o inverso que ocorre nas nações periféricas: as modificações dos hábitos de consumo caminham, em boa medida, de maneira independente das possibilidades e deficiências do sistema produtivo local. A tentativa de "miniaturizar, em um país periférico, o sistema industrial dos países cêntricos contemporâneos, onde a acumulação de capital alcançou níveis muito mais altos", significou, para Furtado, "introduzir no aparelho produtivo uma profunda descontinuidade causada pela coexistência de dois níveis tecnológicos" (Furtado, 1974: 88). Com isso, a heterogeneidade estrutural que caracterizou a periferia durante a fase primário-exportadora *é mantida*, com novo aspecto, na fase de industrialização por substituição de importações[3].

A transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento "é dificilmente concebível no quadro da dependência" (Furtado, 1974: 87). Romper com essa problemática tem sido para Furtado a tarefa mais importante para os países subdesenvolvidos. É justamente esse o foco de sua análise: *pensar as possibilidades de inserção do Brasil como uma nação de economia relativamente autônoma na órbita capitalista mundial*. *A adequada incorporação do progresso técnico - pela via da superação do quadro de* ***dependência cultural*** *- é o caminho para o processo de desenvolvimento das nações periféricas.* No entanto, a reflexão de Furtado demonstra que *o modo* como penetra o progresso técnico na periferia, durante o processo de industrialização, não permite a ruptura com o subdesenvolvimento, ainda que produza ocasionais saltos de crescimento econômico. O Brasil, por exemplo, conheceu intenso ritmo de crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB) durante o decorrer do processo de industrialização na segunda metade do século XX[4]. A despeito de tal ritmo de crescimento, por vezes superior à média constatada nos países centrais, a possibilidade

[2] A respeito ver Landes (1994); e Oliveira (1985).
[3] A respeito ver Rodriguez (1981); e Tavares (1972).
[4] A respeito ver Abreu (1989).

de superação do subdesenvolvimento brasileiro foi bloqueada, entre outros fatores, pela ação do processo de modernização e seus desdobramentos. Em outras palavras: *é a ação modernizadora que justificativa a reprodução das bases materiais do subdesenvolvimento no amadurecer da industrialização em países periféricos como o Brasil*. Daí a persistente presença de marcantes heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais e regionais) no país.

Para que o progresso técnico produza efeitos sociais desejáveis e contribua como instrumento na construção de um sistema econômico nacional há necessidade de organização e controle - *por meio do fortalecimento dos centros internos de decisão* - do processo de sua incorporação e distribuição ao longo do sistema produtivo e da própria sociedade. Nesse sentido, o estímulo ao desenvolvimento de um parque industrial diversificado e orientado pelas necessidades do mercado interno aparece, na reflexão de Furtado, como componente estratégico de políticas de desenvolvimento (nos campos industrial e macroeconômico) que pretendam o enfrentamento das desigualdades sociais e o aumento progressivo e democrático da riqueza e do bem-estar no conjunto da sociedade nacional.

Na visão de Furtado, *a possibilidade de autodeterminação do processo de desenvolvimento econômico está diretamente relacionada ao grau de articulação existente entre as transformações capitalistas que ocorrem no espaço geográfico da nação e os desígnios do conjunto da sociedade nacional.* Nesse sentido, a reflexão de Furtado ressalta a importância da formulação de *estratégias de desenvolvimento que permitam o maior controle da sociedade nacional sobre seu destino*: a pré-condição para o sucesso dessas estratégias é o *fortalecimento dos centros nacionais de decisão***.** Por isso a importância dada por Furtado ao *Estado nacional* como *planejador* do processo de desenvolvimento, ***estabelecendo critérios éticos e democráticos para a melhor articulação entre o funcionamento do sistema econômico e as reais necessidades da população***.

2. Celso Furtado e o subdesenvolvimento do Nordeste

O exercício de aplicação da teoria do subdesenvolvimento à análise da problemática regional no Brasil encontra dois momentos distintos na obra de Furtado: uma primeira fase compreendida entre 1958-1964, período em que Furtado se dedica ao estudo da problemática nordestina sob a ótica do sistema *centro-periferia* da CEPAL[5]. E uma segunda fase, a partir do início da década de 1980, na qual Furtado procura enquadrar a problemática nordestina no cenário mais amplo da reprodução do subdesenvolvimento, por meio da análise da feição que assume o processo de industrialização na região entre 1960 e 1980. Nesse período, Furtado procura demonstrar que a problemática do atraso sócio-econômico do Nordeste está relacionada à *dependência cultural* desta região para com a região Sudeste do Brasil. Essa relação de dependência constituiria a raiz da manutenção do subdesenvolvimento presente no Nordeste e no próprio Brasil. A seguir, discutiremos as principais idéias de Furtado nessa segunda fase (pós 1980) de interpretação quanto à problemática do Nordeste.

Furtado dá maior destaque à temática do subdesenvolvimento do Nordeste nas seguintes obras do período: *O Brasil pós-"milagre"*, de 1981; *A nova dependência*, de 1982; e *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, de 1984. Nessas obras, quatro elementos-chave compõem a análise da problemática nordestina apresentada por Furtado: (a) a reafirmação da necessidade de realização da reforma agrária no Nordeste, como meio de dotar a região de uma estrutura agrária capaz de viabilizar seu desenvolvimento; (b) a afirmação da necessidade de definição e promoção de um tipo de industrialização que seja capaz de gerar desenvolvimento à região, ou seja, que seja capaz de priorizar a melhoria da condição de vida da maior parte da população local; (c) a crença na necessidade de aumento da participação das universidades e instituições de pesquisa locais na elaboração de um modelo de desenvolvimento que responda às potencialidades (criatividade) e necessidades da região; e (d) a reafirmação da legitimidade da Sudene como instituição indutora e coordenadora do processo de desenvolvimento do Nordeste. **O elo que une esses elementos-chave, na interpretação de Furtado, é a possibilidade de transformação do capitalismo no Brasil**, a partir da adequação das estruturas produtivas às realidades sócio-econômicas

[5] O marco dessa fase é a criação, por Furtado, do basilar documento "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste" creditado ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN, 1959). Tal período se encerra com o golpe militar ocorrido no Brasil em 1964, momento em que Furtado é obrigado a abandonar o comando da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), organismo por ele criado para a resolução da histórica questão regional. A respeito ver

regionais e às necessidades da formação do mercado interno nacional. Trata-se, portanto, da possibilidade de ***reconstrução do pacto federativo brasileiro***, como premissa à superação do subdesenvolvimento nacional. Retomaremos a seguir o raciocínio construído por Furtado, nesse período, para o tratamento da problemática do subdesenvolvimento do Nordeste.

Em *A Nova dependência*, para a construção de sua análise da problemática nordestina, Furtado (1982: 138-139) parte da constatação de que o ritmo de crescimento econômico apresentado pelo Nordeste se aproxima da média nacional entre 1960 e 1980. Considera também que há grande similaridade entre as taxas de crescimento da renda per capita apresentadas pelo Nordeste e pelo total do país no mesmo período. Assim, em contraste ao que se observara no final da década de 1950, o Nordeste houvera alcançado, entre 1960 e 1980, um ritmo de crescimento econômico similar ao do restante do país. Por outro lado, o autor lembra que do ponto de vista dos indicadores sociais, a região Nordeste continuara acumulando um atraso considerável em relação ao Sudeste do país no período em questão. Furtado (1982: 139) dá a dimensão da problemática social do Nordeste no início da década de 1980:

> Os indicadores sociais permitem formar-se uma idéia mais clara da situação relativa da região e de seu quadro humano. Cerca de 34 por cento das residências urbanas do Nordeste têm acesso ao serviço de luz elétrica, o que corresponde à metade da média nacional. O quadro da população rural é bem mais precário, pois apenas 6 por cento da população nordestina tem acesso a esse benefício, o que corresponde a um terço da média nacional. As residências urbanas nordestinas com acesso a água encanada representam 39 por cento do total, enquanto no conjunto do país essa porcentagem sobe a 62. No que respeita às residências rurais apenas 2 por cento das nordestinas se beneficiam de água encanada, o que corresponde a um sétimo da média nacional. Quiçá o indicador que melhor sintetize a situação social seja a expectativa de vida: um nordestino urbano de baixo nível de renda tem uma expectativa em 12 anos inferior a um habitante urbano do nível social correspondente no Centro-Sul do país e 22 anos inferior ao habitante dessa região de classe média alta.

Assim, não obstante a elevação do nível médio de crescimento da renda no Nordeste no período entre 1960 e 1980, Furtado constata que há permanência do subdesenvolvimento e do atraso desta região em relação ao Sudeste do país, denunciado por meio de seus indicadores sociais. Diante desse quadro, Furtado (1982: 139) alerta: "a questão central é, portanto, menos de pobreza do que de mal-desenvolvimento, de

agravação de tendências estruturais anti-sociais que se apresentam no conjunto do país". No cerne da problemática residem a manutenção da secular estrutura agrária nordestina e a feição que assume, na região, o processo de industrialização no período posterior a 1960.

Em *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, Furtado (1984: 69) afirma que desde a época do documento do GTDN (1959) "a fragilidade da economia nordestina estava em seu setor agrário". Segundo Furtado (1984), naquele período (final da década de 1950) já existia a consciência de que na região Centro-Sul do país a quantidade de terra cultivada por habitante "era quase o dobro da que se observava no Nordeste" (Furtado, 1984: 69). Sabia-se também que historicamente na região Nordeste "os melhores solos não produziam para dar de comer à população regional, dedicados que eram à produção de excedentes de exportação" (Furtado, 1984: 69). E conhecia-se ainda o fato de que a organização sócio-econômica da região semi-árida "fazia incidir sobre a população mais pobre o mais duro impacto das secas periódicas" (Furtado, 1984: 69). Diante desse quadro-problema, Furtado lembra que o documento do GTDN (1959) apontara para a necessidade de reorganização de todo o setor agrícola nordestino, no intuito de adequá-lo ao aumento da oferta de alimentos para a região e à geração de renda e emprego para a população local.

Furtado procura enfatizar que, no Nordeste, a estrutura agrária é o principal fator responsável pela concentração de renda no conjunto da economia da região. Segundo o autor, esse fenômeno não decorre somente do fato de que no setor agrícola nordestino a renda seja mais concentrada do que no conjunto da atividade produtiva, e sim do fato de que não há no setor agrícola da região a possibilidade de melhoria da condição de vida da população trabalhadora, fenômeno responsável pelos freqüentes deslocamentos populacionais do meio rural para as zonas urbanas. Como resultado desses movimentos migratórios, observa-se então a formação de uma crescente e excessiva oferta de mão-de-obra não especializada nas grandes cidades do Nordeste, expandindo a miséria e o desemprego entre a população local. A possibilidade de aumento da oferta de alimentos para o consumo geral nos centros urbanos da região também permanece prejudicada em razão desse inadequado sistema de organização do setor agrícola nordestino. No foco da problemática está, portanto, a rigidez da estrutura agrária do Nordeste, constituída, em

grande parte, por seculares latifúndios dedicados à monocultura para exportação. Nas palavras de Furtado (1981: 129), em *O Brasil pós-"milagre"*:

> A produção de gêneros alimentícios destinados à massa da população faz-se no Nordeste principalmente em pequenas parcelas de exploração individual, dentro dos latifúndios ou em terras marginais. Se se pretende reconstruir a sociedade de forma a liberar a capacidade de iniciativa do trabalhador, é pelo desmantelamento dessa estrutura que se deve começar. A atual estrutura agrária do nordeste é um meio de dominação social sem ser um instrumento de progresso econômico. Portanto, economia e sociedade devem ser transformadas conjuntamente. Daí a necessidade de considerar o homem do campo como ator político ativo, e não apenas como força de trabalho.

Logo, no novo período, o estímulo à *reforma agrária* aparece na interpretação de Furtado como mecanismo prévio e eficaz à aceleração do processo de desenvolvimento do Nordeste. Furtado (1984: 71) considera que "o verdadeiro objetivo da reforma agrária é liberar os agricultores para que eles se transformem em atores dinâmicos no plano econômico". O autor constrói sua argumentação na crença de que, por um lado, os latifúndios "engendram a passividade, razão pela qual subutilizam o potencial produtivo do mundo rural" e, por outro, a grande empresa agrícola moderna "pressupõe um alto nível de capitalização e só apresenta óbvias vantagens no plano operacional em setores circunscritos da atividade agrícola" (Furtado, 1984: 71). Nesse quadro, a possibilidade de dinamização da oferta de alimentos para o consumo em geral decorreria da reorganização da estrutura agrária nordestina, que passaria a assentar-se na produção dos pequenos e médios agricultores. A geração de emprego e renda também seria positivamente alterada, impedindo o crescimento excessivo da oferta de mão-de-obra nas grandes cidades.

Ainda que, na visão de Furtado, a adequação da estrutura agrária às reais necessidades da região seja condição necessária ao desenvolvimento, "o impulso dinâmico deste terá que vir da complexificação do sistema produtivo em seu conjunto, e isto, numa região vasta como o Nordeste, somente se torna possível mediante industrialização". Para Furtado (1984: 74), a indústria é o setor produtivo em que cresce mais rapidamente a produtividade, "portanto é ela que lidera a elevação dos salários e produz o excedente que alimenta a acumulação e gera novos empregos, ainda que estes se situem em outros setores produtivos". Logo, para Furtado, a questão central consiste

em definir um tipo de industrialização que consiga gerar o efetivo desenvolvimento da região Nordeste.

Furtado (1982) explica que a industrialização nordestina entre 1960 e 1980 - seguindo a orientação das políticas de incentivo da Sudene - configurou-se como uma extensão do sistema industrial presente no Sudeste do país. Nesse caso, segundo o autor, a aplicação da idéia de *pólo de crescimento* pela Sudene gerou um resultado bastante distinto daquele "que está implícito na concepção original de François Perroux" (Furtado, 1982: 139). Seguindo a linha de raciocínio elaborada por Perroux, Furtado considera que um pólo de crescimento deveria configurar-se como um núcleo indutor do crescimento, capaz de formar uma espessa e diversificada malha de atividades econômicas locais[6]. No caso do Nordeste, Furtado considera que os *pólos* já nascem vinculados ao Centro-Sul, "tanto pelos insumos que absorvem como pela demanda que pretendem satisfazer" (Furtado, 1982: 140). Esse quadro impossibilita que a indústria local consiga estruturar e dinamizar a economia da região, importante função realizada pela 'empresa motriz' originalmente concebida por Perroux.

Observa-se, no caso nordestino, que entre 1960 e 1980 o vínculo das empresas com a região se limitou "aos fluxos de salários e impostos estaduais a que dão origem" (Furtado, 1982: 140). Na realidade, a indústria que emerge no Nordeste entre as décadas de 1960 e 1980 integra um sistema mais amplo, cuja dinâmica lhe transcende o próprio espaço. Em outras palavras: a industrialização nordestina se constitui como mera extensão do sistema industrial moldado na região Sudeste, o que justifica seus escassos vínculos com a população e o mercado do Nordeste. Dado o alto nível de capitalização das atividades produtivas, a capacidade de geração de empregos por parte desse modelo de industrialização se apresenta relativamente baixa para as necessidades da região. Com isso, o resultado mais positivo da industrialização na região se circunscreveu "à ampliação da capacidade arrecadadora do Estado, reproduzindo-se o modelo das clássicas atividades mineiras de exportação" (Furtado, 1982: 140). Em suma: na interpretação de Furtado, ainda que as políticas da Sudene de incentivo à indústria tenham impulsionado significativos avanços no crescimento da renda do Nordeste, o

[6] O 'pólo de crescimento' de Perroux é formado por uma unidade econômica motriz ou por um conjunto dessas unidades. A unidade ou indústria motriz é aquela que tem a capacidade de, mediante o aumento do seu volume de produção, "aumentar o volume de produção (via compra de bens e serviços) de outra ou várias indústrias", conforme afirma Perroux (1967: 172).

escasso vínculo das empresas ali instaladas com mercado local não é capaz produzir efetivas alterações no cenário de pobreza e subdesenvolvimento predominante na região no início da década de 1980.

Furtado identifica que a manutenção do subdesenvolvimento do Nordeste está diretamente relacionada à posição periférica que esta região ocupa em meio à grande periferia formada pelo Estado nacional brasileiro. O modo como é conduzida a industrialização do Nordeste é, portanto, reflexo dessa posição ocupada pela região no país: da mesma maneira como o Sudeste orienta sua industrialização sob influência do mercado consumidor e dos padrões tecnológicos presentes nos países centrais, o Nordeste tem como referência as necessidades da demanda e dos setores produtivos existentes no Sudeste do Brasil. A predominância dessa lógica de *dependência* na orientação da industrialização do Nordeste conduz o processo para: (a) a baixa capacidade de geração de empregos na região, em razão de sua inadequada incorporação de progresso tecnológico e de sua escassa ligação com as demais atividades produtivas e econômicas locais; e (b) a satisfação da demanda constituída pelas elites modernizadas nacionais, presentes em menor dimensão no Nordeste e em maior dimensão no Sudeste do país.

Na medida em que as indústrias do Nordeste se configuraram como extensão do parque industrial presente no Centro-Sul do país, "a estrutura de oferta nesta última região passou a condicionar a demanda no mercado nordestino" (Furtado, 1984: 76). O Nordeste estaria, portanto, absorvendo valores culturais criados fora da própria região, que se traduzem na reprodução mimética de padrões de produção, comportamento e consumo surgidos em outro contexto econômico e cultural, sem a necessária correspondência nas bases materiais e necessidades da região. Trata-se do quadro de *dependência cultural* da região Nordeste para com o Sudeste do país, região igualmente dependente (em relação ao centro capitalista mundial). Esse cenário se traduz em maior concentração da renda internamente à população do Nordeste, bem como impulsiona a expansão da pobreza e da desigualdade social na região. Em suma: a existência desse quadro de dependência cultural condena o Nordeste a refletir, de maneira ampliada, as deformações existentes na sociedade do Sudeste do Brasil, ou seja, transforma essa região em ***sombra do subdesenvolvimento brasileiro***. Furtado explica a natureza da *dependência* nordestina (1984: 64):

> No Nordeste esse problema se apresenta agravado pelo fato de que a dependência se dá mediatizada por outra região também dependente (o Centro-Sul do país), contra a qual não se podem utilizar as medidas compensatórias correntes, tais como o controle dos fluxos comerciais e financeiros. Não será por outra razão que o crescimento econômico vem apresentando nessa região projeções sociais mais negativas do que no Centro-Sul, como se o seu subdesenvolvimento fosse de uma ordem mais elevada.

Na visão de Furtado, para que o processo de industrialização não seja apenas o motor do crescimento de uma localidade "mas também instrumento de homogeneização social" é necessário que ele se vincule amplamente ao mercado regional (Furtado, 1984: 76). Furtado alerta para a necessidade de que as atividades industriais no Nordeste reflitam as condições sócio-econômicas predominantes na região: a possibilidade de desenvolvimento do Nordeste está, em sua interpretação, na tentativa de criação de um sistema industrial que seja capaz de gerar seu próprio crescimento, valendo-se de impulsos criados pela demanda interna da região. Assim, *no campo das políticas de desenvolvimento regional*, Furtado recomenda que se estabeleça um regime de reserva de mercado, ou melhor, que se pratique *protecionismo*, orientado pelo âmbito federal, para as empresas que operam no Nordeste utilizando-se de padrões tecnológicos compatíveis com as necessidades locais de geração de renda e emprego. Na interpretação de Furtado, as medidas protecionistas evitariam, num primeiro momento, a exposição das atividades produtivas estruturadas na região à concorrência em escala nacional e internacional. Em contrapartida, Furtado considera que as empresas com opções tecnológicas de pouca correlação com as necessidades da região não deveriam beneficiar-se de estímulos governamentais.

No campo prático, Furtado recomenda que se restitua à Sudene as prerrogativas originais "de órgão que assessora tanto o presidente da República como o Congresso Nacional e que participa do sistema de decisões do poder Executivo no mais alto nível" (Furtado, 1984: 78). Essa revitalização da Sudene seria necessária para evitar que os estados nordestinos permaneçam como "pequenos satélites numa Federação que se rege cada vez mais em função de interesses econômicos que lhe escapam" (Furtado, 1984: 78). *Nesse sentido, a Sudene representaria a possibilidade de concretização de um* ***centro regional de decisão****, apto a converter os processos de incorporação do*

progresso técnico e de industrialização da região em aumento progressivo e democrático da riqueza e do bem-estar no conjunto da população local. Em última instância, na visão de Furtado, o aumento do poder político-institucional da Sudene na esfera federal a legitimaria como instituição capaz de compatibilizar - nos campos social, político e econômico - *desenvolvimento do Nordeste* e *desenvolvimento do Brasil*, ***no quadro maior da tentativa de reconstrução do pacto federativo brasileiro e de ruptura com o subdesenvolvimento presente na nação***[7].

Por fim, cabe ainda comentar que, para Furtado (1981; 1984), a superação da pobreza e do subdesenvolvimento do Nordeste passa necessariamente por maior difusão, no âmbito local, do conhecimento das especificidades sócio-econômicas e políticas da região, o que outorga importante papel às universidades e institutos de pesquisa ali localizados. Furtado enquadra as universidades do Nordeste como importantes elementos no processo de ruptura com o subdesenvolvimento da região: em sua interpretação, as universidades nordestinas não deveriam constituir-se como "simples prolongações das do Sul do País e do estrangeiro" (Furtado, 1984: 60), e sim como centros capazes de identificar e solucionar os verdadeiros problemas da região, "de cuja solução depende a melhoria das condições de vida da massa da população" (Furtado, 1984: 61). A reflexão de Furtado atrela a atuação das universidades locais - pela via da maior incorporação e disseminação dos valores culturais próprios à região - às estratégias de superação da situação de dependência do Nordeste. Em outras palavras: Furtado alerta para o fato de que cabe às universidades nordestinas importante função criativa e decisória nas possibilidades de encaminhamento do desenvolvimento da região, ou melhor, na diminuição do "hiato que existe tradicionalmente entre a atividade intelectual e a problemática regional" (Furtado, 1984: 59). Nas palavras de Furtado (1984: 60-61):

---

[7] Em entrevista, Furtado (2003: 34) define que papéis deveria cumprir a Sudene na atualidade: "Primeiramente, ela teria de voltar a ser o que era originalmente, e não essa caricatura em que se transformou. A Sudene era um órgão que permitia uma articulação melhor, de outro estilo, entre a administração federal e as estaduais. Por exemplo, o superintendente da Sudene tinha nível de ministro. Em segundo lugar, as decisões do conselho deliberativo eram de uma transparência total, não havia mistério lá. Dele participavam os nove governadores dos Estados do Nordeste. Esse órgão coletivo exercia o poder através dos governadores, que tomavam decisões conjuntamente com o governo federal, representado pelo superintendente. Tomavam uma decisão e o governo federal tinha de aceitar porque senão ficava em conflito com a Sudene e, portanto, havia a necessidade de uma cooperação fina, delicada, mas muito eficaz dos estados com o governo federal, na qual se evitavam conflitos de jurisdições. Os Estados pequenos do Nordeste não têm expressão política, não pesam no Congresso Nacional, vivem

> A superação da situação de dependência em que se encontra o Nordeste, vale dizer, o desenvolvimento em benefício da população que habita na região, não será alcançada senão a partir de um conhecimento aprofundado da realidade regional, o que requer autonomia de reflexão e consciência crítica que dificilmente se obtêm em uma sociedade não dotada de verdadeiras universidades. A ninguém escapa que os atores privilegiados desse processo social, que é o desenvolvimento, se situam fora das universidades e estão diretamente inseridos na vida política. Mas a ação desses agentes, em seu escopo como em sua eficácia, reflete o nível da consciência crítica alcançado na sociedade. O processo de invenção de novas formas sociais não se faz nas universidades, mas os seus ingredientes mais nobres são fabricados nessas instituições.

Considerações finais

O exercício de teorização do subdesenvolvimento de Furtado incorpora a idéia - de origem cepalina - da existência de um sistema centro-periferia na órbita capitalista, porém desvenda que a manutenção da condição periférica está atrelada à *lógica adaptativa e modernizante* que orienta a incorporação de progresso técnico no avançar do processo de industrialização na região. No foco da problemática está a irracionalidade do processo de *modernização* dos padrões de consumo das elites periféricas: o mimetismo cultural que orienta o comportamento de pequenas e modernizadas parcelas das populações periféricas reproduz as bases materiais em que se assenta o subdesenvolvimento. Ainda que o processo de industrialização possa gerar eventuais saltos no crescimento econômico das nações periféricas, as deformidades sócio-econômicas que caracterizam essas nações sobrevivem e se intensificam à medida que o ritmo e a direção dessa industrialização orientam-se crescentemente para a satisfação de camadas restritas das populações locais.

Assim, *a chave para a compreensão do subdesenvolvimento está, na interpretação de Furtado, na análise da* ***dependência cultural*** *que determina o modo socialmente excludente como é incorporado o progresso tecnológico na periferia ao longo do tempo.* O esforço de Furtado é, portanto, um alerta para a necessidade de que o processo de industrialização na periferia se converta em instrumento para a construção de um sistema econômico nacional e para a homogeneização estrutural (regional, social e

---

barganhando pequenas coisas. E a Sudene representou no Nordeste a criação de um poder capaz de competir com o dos grandes Estados, como Minas Gerais ou São Paulo".

produtiva) no espaço geográfico da nação. *A condição necessária para a realização desse processo - na perspectiva analítica do autor - é, essencialmente, o controle e o fortalecimento dos centros internos de decisão, numa tentativa de submeter o funcionamento do sistema econômico às reais necessidades do conjunto da sociedade nacional*.

No início da década de 1980, Furtado retoma a temática do subdesenvolvimento do Nordeste em sua obra. Nesse momento, o autor argumenta que ainda que o Nordeste tenha alcançado um ritmo de crescimento econômico próximo ao da região Sudeste do Brasil entre 1960 e 1980, *a desarticulação entre o tipo de industrialização que emerge na região e as necessidades do mercado e da sociedade locais explica a manutenção do subdesenvolvimento ali presente*. Furtado então demonstra que a ***dependência cultural*** *do Nordeste em relação ao Sudeste do Brasil configura-se como principal entrave à superação de sua condição de periferia da periferia.* Em última instância, na perspectiva analítica do autor, ***o subdesenvolvimento do Nordeste constitui-se como sombra do subdesenvolvimento brasileiro, ao passo que desvenda a inconsistência do pacto federativo em que se assenta a possibilidade de desenvolvimento da nação e suas regiões***.

Assim, na atualidade, a possibilidade de alteração da realidade nordestina, na interpretação de Furtado, passa obrigatoriamente por: (**a**) *reconstrução do pacto federativo brasileiro*, como condição essencial à superação da heterogeneidade regional no país; e (**b**) *maior utilização da capacidade criativa da população nordestina na resolução dos problemas locais*, que tem como premissa a reorganização e a democratização da *terra* e da *educação* na região. A reflexão de Furtado revela a importância da autodeterminação dos desígnios da sociedade nordestina no processo de tentativa de superação da extrema pobreza historicamente presente na região. ***A revitalização da Sudene - como concretização de um centro regional de decisão - e a recuperação do planejamento, nos âmbitos regional e nacional, aparecem então como pré-condição (e meios) à concretização do desenvolvimento do Nordeste, e se enquadram num esforço maior – que caracteriza a reflexão de Furtado – de articular desenvolvimento regional e construção nacional.***

Referências Bibliográficas

ABREU, M. P. (Org.) *A ordem do progresso*: cem anos de política econômica republicana 1889/1989. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

BELLUZZO, L. G. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Revista Economia e Sociedade*, n. 4, 1995, p. 11-20.

BRANDÃO, C. A. A dimensão espacial do (sub)desenvolvimento capitalista: uma agenda para estudos urbanos e regionais. Campinas: (mimeo), 2003.

FURTADO, C. (1959a). *A operação Nordeste*. 1. ed. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1959.

_____. (1959b). *Formação econômica do Brasil*. 24. ed. São Paulo: Nacional, 1991.

_____. *Um projeto para o Brasil*. 1. ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. (1972). *Análise do 'modelo' brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. (1973a). *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. (1973b). Auto-retrato intelectual. In: OLIVEIRA, F. (Org.) *Celso Furtado*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1983. v. 33, cap. 1, p. 30-41.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. 1. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

_____. *O Brasil pós-"milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *A Nova Dependência*. 3º edição. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

_____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. O subdesenvolvimento revisitado. *Revista Economia e Sociedade/IE-UNICAMP*, v. 1, p. 5-19, 1992.

_____. A constatação do GTDN e as exigências da atualidade (entrevista). *Revista Econômica do Nordeste*, v. 28, n. 4, p. 375-384, 1997.

_____. *O Capitalismo Global*. 1. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *O Longo Amanhecer*: reflexões sobre a formação do Brasil. 1. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. A doença grave do Brasil é social, não econômica (entrevista). *Revista Caros Amigos*. São Paulo: Editora Casa Amarela, ano VI, nº 71, fevereiro de 2003.

GTDN. (1959). Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: VERSIANI, F. R., BARROS, J. R. M. (Org.). *Formação econômica do Brasil*: a experiência da industrialização. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1977. p. 293-338.

GURRIERI, A. (Sel.). *La obra de Prebisch en la Cepal*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1982, 2v.

LANDES, D. S. *Prometeu desacorrentado*. Rio de janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1994.

MALLORQUÍN, C. A. *La idea de subdesarrollo: el pensamiento de Celso Furtado*. México DF, 1993. Tese de Doutorado – Facultad de Ciencias Politicas y Sociales/Universidad Nacional Autonoma de Mexico.

OLIVEIRA, C. A. B. *O processo de industrialização – do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas, 1985. Tese de Doutorado – Instituto de Economia/UNICAMP.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira*: crítica à razão dualista. São Paulo: Estudos CEBRAP, nº 2, p. 3-82, 1972.

_____. *Elegia para uma Re(li)gião*: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. (1983). A navegação venturosa. In: OLIVEIRA, F. (Org.). *Celso Furtado*: Economia. 1. ed. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 33), 1983, p. 7-27.

PELLEGRINO, A. C. G. T. As idéias da CEPAL sobre a questão agrária latino-americana. *Revista Leituras de Economia Política* (LEP / IE - UNICAMP), nº 7, dezembro de 2000, p.87-104.

_____. (2001). Que inserção? O movimento de transnacionalização do capitalismo e os atuais dilemas do desenvolvimento brasileiro no pensamento de Celso Furtado. In: FREIRE, M. S. (Org.). *Mercosul em debate: desafios da integração na América Latina*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 131-152.

_____. *O Nordeste de Celso Furtado: sombras do subdesenvolvimento brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

PERROUX, F. *A economia do século XX*. Lisboa: Herder, 1967.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, v. 3, n. 3, p. 47-112, set., 1949.

_____. (1950). Crecimiento, desequilibrio y disparidades: Interpretación del proceso de desarrollo económico. In: GURRIERI, A. *La obra de Prebisch en la CEPAL*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1982, v. 1, cap. 2, p. 156-247.

_____. Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. *El Trimestre Económico*, v. 198, p. 1077-1096, 1983.

RODRIGUEZ, O. *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

SAMPAIO Jr., P. S. A. *Entre a nação e a barbárie: uma leitura da contribuição de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente*. Campinas, 1997. Tese de Doutorado – IE/Universidade Estadual de Campinas.

_____. (1999). Brasil: O impasse da formação nacional. In: FIORI, J. L. (org). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 415-447

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*: ensaios sobre economia brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

TAVARES, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.